

A 15ª REGIÃO E O SEU JUBILEU DE PRATA

THE SILVER JUBILEE OF TRT 15

Renato Buratto*

1 Histórico

Fruto de desmembramento da jurisdição da 2ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região foi instalado em 5 de dezembro de 1986, tornando-se a primeira e até hoje única Corte sediada no interior do Estado, conferindo a São Paulo a condição de possuir dois Tribunais trabalhistas sediados em uma única unidade federativa.

Tal *status* decorreu das condições de elevado crescimento social, político e econômico vivenciadas pelo Estado de São Paulo, de maneira uniforme e crescente em todas as suas regiões.

Essa pujança é de tal forma patente que, mesmo sendo o décimo quinto na ordem de criação dos tribunais trabalhistas, orgulhosamente ostenta a condição de segunda maior corte laboral em volume processual, superada apenas pela que lhe deu origem.

É, pois, um tribunal relativamente novo, mas gigante desde seu nascimento, abrangendo a maior parte do interior paulista, num total de 599 municípios, com população aproximada de 20 milhões de habitantes.

A despeito disso, nasceu a reboque das suas próprias necessidades, pois a demanda potencial dos serviços judiciais estava muito além de sua estrutura inicialmente estabelecida em termos de número de Juízes, Varas, servidores, instalações físicas e recursos orçamentários.

E tanto é verdade que, naquela ocasião, o número de Juízes Titulares e Substitutos consistia em 75 e, hoje, atinge a marca extraordinária de 371. O aumento de cargos deriva diretamente do volume processual crescente na primeira instância, que pode ser facilmente verificado na tabela abaixo¹:

*Desembargador Federal do Trabalho - Presidente do Tribunal.

¹Informação n. 246/11 do Serviço de Estatística e Informações do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	SALDO
1987	64.917	63.384	25.490
1996	213.668	207.302	107.546
2006	223.525	204.866	148.860
2010	236.926	235.963	177.901
2011 (jan/fev)	102.006	102.178	177.729

As 38, das então Juntas de Conciliação e Julgamento, foram elevadas, substancialmente, para as atuais 153 Varas do Trabalho e 9 Postos Avançados.

A segunda instância da Corte, compunham-na, inicialmente, 23 Juízes, ocorrendo, já em 1992, a primeira ampliação para 36 e, recentemente, em 2010, para 55 Desembargadores²:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	SALDO
1987	17.117	8.636	8.481
1996	37.401	27.386	10.015
2006	54.872	62.285	- 7.413
2010	84.032	78.617	5.415
2011 (jan/abr)	28.677	23.577	5.100

As expressivas ampliações demonstram o crescimento da 15ª Região nestes 25 anos mercê, certamente, do empenho, do ânimo e da convicção dos trabalhos desenvolvidos por seus integrantes, realçando-o, meritoriamente, em meio ao concerto de seus congêneres.

O mesmo espírito pioneiro e aberto que inspirou a criação, a consolidação, o crescimento e o aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho nestes 70 anos embala e vivifica os 25 anos de existência do

TRT da 15ª Região no atendimento do clamor social pela realização da Justiça.

Não se esquece este Tribunal, ao comemorar a magna data de sua criação, consubstanciada no seu Jubileu de Prata, de registrar seus agradecimentos e homenagens a todas as forças vivas da sociedade, tanto às empresariais e sindicais, como às políticas, sociais e culturais que, ao longo de sua história, emprestaram o seu apoio e incentivo para o aprimoramento e consecução de seus objetivos e finalidades.

²Informação n. 246/11 do Serviço de Estatística e Informações do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

2 Circunscrições

Atualmente, este Tribunal tem a área de sua jurisdição dividida, administrativamente, em 8 circunscrições, a saber: Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Bauru. Dentre os municípios que as compõem, cerca de 18 deles figuram entre os 100 municípios de maior Produto Interno Bruto do Brasil, conforme dados estatísticos fornecidos pelo IBGE.

2.1 Campinas

É a Circunscrição em que se encontra a sede do Tribunal e polo econômico de destacada expressão nacional em face de seu exuberante parque industrial, comércio intenso, extraordinário setor de serviços e excepcional centro educacional, amplamente reconhecido.

O Produto Interno Bruto desta circunscrição ultrapassa 125 bilhões de reais, montante superior ao de muitos países latino-americanos. A população abrangida gira em torno de 6 milhões de pessoas, em uma área de 21.110 km².

Sob a jurisdição desta circunscrição, encontram-se 78 municípios, 44 Varas do Trabalho distribuídas em 25 cidades, 3 Postos Avançados, 44 cargos de Juízes Titulares e 80 de Substitutos, além de 746 servidores.

2.2 Sorocaba

Esta circunscrição também tem expressão econômica na área da indústria e do comércio. Destaca-se, sobretudo, na área do turismo: o litoral sul paulista. O vale do Ribeira constitui região agropecuária e de reflorestamento.

Aqui se encontra a circunscrição com maior extensão territorial, com um total de 40.700 km². Seu Produto Interno Bruto supera 27 bilhões de reais. A população aproxima-se da casa dos 2 milhões e 500 mil habitantes.

Em 11 cidades, ficam sediadas 14 Varas do Trabalho, que possuem jurisdição sobre um total de 73 municípios. Conta com 14 cargos de Juízes Titulares e 18 de Substitutos, bem como 209 servidores.

2.3 São José dos Campos

Sobressai-se no campo da indústria aeronáutica, com renome internacional, sede do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. A circunscrição é, de outra parte, centro de intenso turismo religioso, em virtude de Aparecida do Norte.

Com uma população de 2 milhões e 200 mil habitantes, extensão territorial de 16.181 km², seu Produto Interno Bruto consiste em valor superior a 34 bilhões de reais. É a menor circunscrição em extensão territorial, mas com um PIB invejável.

Esta sub-região engloba 39 municípios, conta com 18 Varas do Trabalho distribuídas por 12 cidades, 1 Posto Avançado, 18 cargos de Juízes Titulares, 21 de Substitutos e 267 servidores.

2.4 Ribeirão Preto

Outrora região cafeeira, atualmente, é polo da indústria sucroalcooleira e de calçados, além de destacado centro universitário.

Região de terras férteis, comumente chamada de a “Califórnia brasileira”.

Seu expressivo Produto Interno Bruto encontra-se no importe de 57.776 bilhões de reais, o número de habitantes ultrapassa 3 milhões e sua extensão territorial é de 35.407 km².

As 30 Varas do Trabalho estão distribuídas entre 19 cidades e a jurisdição abrange 91 municípios. Possui 2 Postos Avançados, 30 cargos de Juízes Titulares, 43 de Substitutos e 473 servidores.

2.5 Araçatuba

Conhecida historicamente pela intensa atividade pecuária, atualmente está se transformando em polo da indústria sucroalcooleira.

O Produto Interno Bruto desta circunscrição encontra-se acima dos 19 bilhões de reais e a extensão territorial possui área de 22.669 km². A população concentra 895.785 habitantes.

Possui 7 Varas do Trabalho distribuídas entre 5 cidades, 1 Posto Avançado, 7 cargos de Juízes Titulares, 10 de Substitutos e 105 servidores. A jurisdição desta circunscrição abrange 47 municípios.

2.6 Presidente Prudente

Destaque para as atividades de agropecuária, é operoso centro educacional, possuindo relevante parque industrial e comercial.

Com a população acima de 1 milhão de habitantes, sua área é composta por 30.759 km² e seu Produto Interno Bruto transpõe os 59 bilhões de reais.

Esta circunscrição conta com 76 municípios sob sua jurisdição, 10 Varas do Trabalho distribuídas por 8 cidades, 10 cargos de Juízes Titulares, 10 de Substitutos e 132 servidores.

2.7 São José do Rio Preto

Parque industrial e comercial de elevada expressão, alcança relevância no cenário nacional por ser área de plantel agropastoril, sendo crescente a atividade sucroalcooleira.

Com quase 2 milhões de habitantes, seu Produto Interno Bruto atinge de forma extraordinária 71 bilhões de reais. Sua extensão territorial é formada por 32.459 km².

Possui 114 municípios sob sua jurisdição, 13 Varas do Trabalho distribuídas por 9 cidades, 13

cargos de Juízes Titulares, 17 de Substitutos e 210 servidores.

2.8 Bauru

Região próspera e rica com atividades diversificadas nas áreas de comércio, indústria, educação, agricultura cafeeira e sucroalcooleira.

Com área de 36.517 km² e população superior a 2 milhões de habitantes, apresenta Produto Interno Bruto acima de 35 bilhões de reais.

Para efetivar o atendimento aos 82 municípios que estão sob sua jurisdição, possui 17 Varas do Trabalho e 1 Posto Avançado. Conta com 17 cargos de Juízes Titulares, 19 de Substitutos e 266 servidores.

Inegável, portanto, a grandiosidade deste Regional, o qual possui uma vasta extensão territorial, com área de 235.795 km² e Produto Interno Bruto acima de 430 bilhões de reais.

3 Realizações e Conquistas

A auspiciosa celebração do Jubileu de Prata deste Tribunal decorre do trabalho generoso e constante desenvolvido por todas as administrações que sempre buscaram alcançar a efetiva e plena prestação jurisdicional. Implementaram-se ações de incentivo à informatização de procedimentos, tais como a divulgação de atos processuais por meio eletrônico, transmissão das sessões de julgamento via

Internet, implantação do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxos de Documentos (e-DOC), digitalização de processos a fim de possibilitar sua remessa eletrônica ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho para análise de recursos.

O acesso dos jurisdicionados ao Tribunal foi facilitado por meio de abertura de canais de comunicação nos modelos de ouvidoria e de disque-processo, além de ter participado este Regional, recentemente e pela primeira vez, do Circuito Cidadão, evento promovido pelo SESI em parceria com a EPTV-Campinas, cuja importância reside no estreitamento de relações entre a comunidade e o Judiciário Trabalhista. Ferramenta como essa constitui preciosa atividade para efetiva consolidação da cidadania e do Estado Democrático de Direito, vez que o crescimento da conscientização democrática fortalece o espírito crítico e social do povo.

A busca incessante pelo aperfeiçoamento e aprimoramento pessoal de seus integrantes é uma constante na 15ª Região e inclui-se dentre as prioridades dos dirigentes deste Regional desde a sua instalação. Com esse objetivo, o Tribunal promove cursos direcionados aos Magistrados e servidores, constituindo motivo de orgulho o fato de o Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, evento organizado por iniciativa desta Casa, estar em sua décima primeira edição no ano do Jubileu de Prata, acontecimento que

corroborar as ações bem-sucedidas implementadas nesse sentido. Não se pode olvidar a décima quinta edição do Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho Rural, que, devido ao seu caráter itinerante, procura difundir o saber em meio à jurisdição deste Tribunal. Por outro lado, ainda no campo educacional, a Corte desenvolveu interessante prática ao abrir suas portas aos estudantes universitários para que pudessem conhecer seu funcionamento.

O uso da política de conciliação como meio de pacificar as relações sociais, buscando solucionar conflitos rapidamente e, por consequência, desafogar o Judiciário, representa rotina para os Magistrados da 15ª Região, uma vez que o índice de acordo na primeira instância gira em torno de 45%. O bom uso dessa fundamental ferramenta tornou esta Corte referência neste quesito. A fim de incentivar, aperfeiçoar e intensificar essa prática, além de cumprir o disposto na Resolução n. 125 do Conselho Nacional de Justiça, foi criado o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Não se pode olvidar, assim, que as três semanas em que os esforços de Magistrados e servidores são concentrados na celebração de acordos, certamente, espelham a sedimentação desta salutar cultura e seu enraizamento.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho instituiu o Prêmio Excelência, como forma de laurear os Tribunais que se destacaram nesse mister. A 15ª

Região foi honrada com o primeiro lugar, na categoria Performance Jurisdicional em segundo grau, e terceiro lugar, na Performance Jurisdicional entre as regiões que mais solucionaram processos em fases de conhecimento e execução, restando patente, portanto, a nossa produtividade e eficiência. Referidos prêmios ressoaram nas atividades do Judiciário e demonstraram o reconhecimento das Cortes Superiores pelo esforço, dedicação e empenho deste Regional.

Outra providência importante implementada foi a política de abertura ao diálogo consistente em uma maior aproximação da Presidência com Magistrados e servidores. Para tal fim, foi estabelecida uma agenda com visita do Presidente às circunscrições da 15ª Região, nas quais os Juízes integrantes são convidados a participar de reunião com o Presidente, facultada a todos a apresentação de sugestões, críticas, elogios, soluções e quaisquer problemas que afluírem na ocasião. No que tange aos servidores, foi reservado horário na agenda do Presidente, de forma pioneira, para que possam dialogar pessoalmente, apresentando suas proposições, pretensões e, inclusive, sugestões. Essas práticas demonstram que a 15ª Região não se preocupa apenas e simplesmente com os índices de produtividade, mas também zela pelo bem-estar, boa convivência e o inter-relacionamento humano.

A Presidência, atenta aos modernos princípios da admi-

nistração pública, não pode prescindir de postura de ações transparentes ante todo o espectro social, razão pela qual mantém diálogo contínuo com as associações de classe.

Na área da saúde, vem o Tribunal cumprindo seu desiderato de promover campanhas e esclarecimentos a respeito de moléstias, programas de vacinação e, também, mantém o ambulatório médico e odontológico em sua sede administrativa para atendimento dos servidores, Magistrados e familiares. Foram inaugurados Postos Ambulatoriais no Edifício-sede e no Fórum Trabalhista de Campinas para atendimento emergencial, não só a servidores e Magistrados, mas a todos que transitam pelos referidos prédios. A ginástica laboral também é oferecida regularmente em todos os setores, com o escopo preventivo de doenças decorrentes do esforço repetitivo.

A criação e manutenção do Coral do TRT 15 representa inteligente inovação desta Casa, pois difunde e fortalece a imagem desta Corte, corroborando sua atuação institucional.

O banco de ideias traduz-se em uma iniciativa assaz oportuna, já que enseja ao servidor, que há anos vem mourejando em seu trabalho, apresentar sugestões para simplificar, facilitar e operacionalizar a execução dos serviços.

Atendendo também à reivindicação dos Magistrados, a norma que trata das regras para fixação e substituição dos Juízes Substitutos

foi revista, de forma a privilegiar a estabilidade do Juiz em um município, beneficiando, portanto, sua vida pessoal e, por via de consequência, sua atuação, eficiência e presteza. Destarte, constata-se que o Tribunal busca atender às orientações e determinações contidas na Resolução n. 63 do Conselho Nacional de Justiça, de maneira plena, considerada, no entanto, a sua estrutura atual nas áreas de recursos humanos, físicas e orçamentárias.

Na busca pela efetiva e pronta prestação jurisdicional, o Tribunal entabulou convênios com vários órgãos públicos e empresas particulares, tais como o Banco Central do Brasil, a Receita Federal, as Serventias Extrajudiciais e Certsign, cujos resultados são, indiscutivelmente, positivos.

Não se pode esquecer que a revitalização do Centro de Memória representou enorme avanço na preservação dos fatos e momentos que marcaram a história deste Regional. Sem passado, não há futuro.

A instalação da Comissão Ambiental propiciou uma expansão das ações socioambientais. A utilização apenas de papéis reciclados, a reciclagem e a reutilização dos papéis já impressos, bem como a separação do lixo permitiram ao Tribunal atuar alinhado e em consonância com um compromisso ambiental sério e consolidado.

A atual Administração tem concentrado seus esforços em três frentes: capacitação de servidores e valorização dos Magistrados,

com apoio da Escola Judicial; investimento em tecnologia da informação e na melhoria das instalações físicas.

No que se refere à capacitação de servidores e valorização dos Magistrados, restou evidente o empenho da Administração nesse sentido. Deve-se destacar, ainda, os cursos de português, informática e, futuramente, matemática e iniciação ao estudo do Direito ministrados aos terceirizados visando o aprimoramento da capacitação funcional, o que, sem dúvida alguma, tem reflexo na administração geral da Justiça.

Os investimentos em tecnologia da informação são, hodiernamente, imprescindíveis para o bom desempenho das atividades judiciais, não havendo como se falar em Justiça moderna sem a efetividade de sua implantação. Este Regional tem concentrado seus esforços no sentido de renovar os equipamentos de informática antigos, bem como para propiciar um aumento significativo na velocidade da Internet, possibilitando a gravação das audiências, ganhando em tempo, produtividade e segurança na execução dos trabalhos.

A melhoria das instalações físicas de todos os órgãos do Regional são vitais à boa consecução dos objetivos colimados pela Justiça. Dessa forma, vem este Regional empenhando-se no aparelhamento predial, consolidando uma base física de porte invejável. Recente foram inauguradas as novas insta-

lações para abrigar as Varas do Trabalho de Rancharia, Mogi-Guaçu, Registro, Assis e Cajuru. Há inúmeros outros projetos e obras em andamento, para os quais a direção mantém o firme propósito de concluí-los sem qualquer solução de continuidade. Registre-se que as obras que visam à instalação de unidades da Justiça do Trabalho devem ser submetidas ao prévio exame, crivo e ordenamento do CSJT, o que gera um período mais extenso para conclusão.

4 Projetos Futuros

Foram muitas as realizações e conquistas alcançadas pelo TRT da 15ª Região nesses vinte e cinco anos. Contudo, o aumento constante do volume processual e a nova realidade focada na implementação de aparato tecnológico, tanto *software* como *hardware*, com o escopo de facilitar e dar celeridade à prestação jurisdicional, impõem a permanente busca por melhorias.

É certo que as Administrações, não obstante suas individualidades, devem observar as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico, de forma a garantir o engrandecimento equânime do Tribunal.

Dessa forma, é imprescindível que as Administrações vindouras continuem preocupando-se com o aprimoramento de seu serviço de tecnologia da informação, a fim de suportar as novas ferramentas. É o caso do Processo Judicial eletrônico - PJe, lançado recentemente pelo Judiciário, o qual contou

com a adesão completa da Justiça do Trabalho e já está em vias de ser implementado. Embora esteja em sua fase elementar, básica, o PJe representa esperança de uma solução verdadeira e definitiva dos problemas de morosidade da Justiça, de economia de papel, de tempo e de espaço físico.

Outro sistema em desenvolvimento é o e-Gestão, que pretende unificar os Sistemas de Acompanhamento e Movimentação Processual. Com o início dos seus trabalhos previstos para outubro de 2011, no âmbito da segunda instância, tem demandado muito empenho e suor dos integrantes do Grupo Gestor desta Casa.

O projeto Justiça em Movimento pretende levar os serviços judiciários às comunidades mais distantes, atendendo diretamente os interessados sem a necessidade do deslocamento para as Varas do Trabalho. Desse modo, o Tribunal cumprirá o preceito constitucional de acesso à Justiça, dando verdadeira efetividade a suas ações.

A ampliação do número de cargos de servidores com o objetivo de aparelhar e estruturar o Regional ante ao aumento potencial da demanda constitui preocupação da Administração, razão pela qual encaminhou aos órgãos competentes Projeto de Lei nesse sentido, adequando-se, também, à Resolução n. 63 do Conselho Nacional de Justiça.

O número de Varas do Trabalho e, conseqüentemente de Juízes, também representa preocupação desta Administração, a qual envidará esforços no sentido de ampliar o seu quadro.

Preocupada com a história do Regional, a Administração lançará o Projeto CMAC, que implementará práticas de gestão documental nas unidades de 1ª Instância com o fito de preservar e divulgar processos e documentos que possuam valor probatório histórico.

Em comemoração ao Jubileu de Prata, estão em andamento os preparativos para a realização da Sessão Solene em celebração aos 25 anos do Tribunal, que será aberta a todos os integrantes do Regional.

Ante a sua enorme abrangência territorial, seu extraordinário volume processual e a sua alta produtividade, não resta a esta Presidência outra alternativa senão voltar seus pensamentos para ações futuras de desafogo, obstando, desde logo, congestionamentos futuros no fluxo de suas atividades. É necessário direcionar, também, a atenção para além do foco da prestação jurisdicional, que é o objetivo maior deste Regional, a fim de alcançar melhorias institucionais para satisfação dos Desembargadores, Juízes e servidores.